

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.226 - PR (2019/0326493-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : TIAGO DA SILVA DELFIM (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por TIAGO DA SILVA DELFIM, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO.

Extraio dos autos que o Juízo da Execução determinou a unificação das sanções restritivas de direitos impostas nos autos n. 5001595-75.2016.4.04.7004, 5006212-44.2017.4.04.7004 e 5003573-19.2018.4.04.7004, convertendo-as em pena privativa de liberdade e fixando o regime inicial semiaberto, visto que a fusão das reprimendas teria ultrapassado o máximo de 4 (quatro) anos de reclusão previsto no art. 44, I, do Código Penal (e-STJ fls. 43/47).

A defesa interpôs agravo. A 8ª Turma do Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 91):

PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DAS PENAS. SOMA SUPERIOR A QUATRO ANOS. REGIME SEMIABERTO. CONVERSÃO DAS SANÇÕES SUBSTITUTIVAS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. ART. 111 DA LEP.

1. Estabelecido o regime inicial semiaberto, pois o resultado da soma das sanções, já observada a detração, é superior a quatro anos, de acordo com o artigo 111 da Lei de Execuções Penais.
2. Os mesmos critérios do artigo 111 da LEP devem ser utilizados também para os benefícios penais, afastando-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos concedida em diferentes ações penais.
3. Agravo em execução desprovido.

No presente recurso especial, a defesa aponta violação dos arts. 111 e 181 da Lei de Execução Penal e 44, § 4º e § 5º, do Código Penal.

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta, em suma, ser "[...] inviável, em sede de execução penal, reverter a substituição das reprimendas privativas de liberdade por restritivas de direitos determinada em cada processo autônomo, exceto nas hipóteses do artigo 44, §§ 4º e 5º, do Código Penal, c/c o artigo 181, § 1º, "e", da Lei 7.210/84. O Juízo da execução encontra-se limitado pelo trânsito em julgado das condenações, nas quais já consolidado e integrado ao patrimônio jurídico do executado o direito à substituição de pena privativa de liberdade por restritivas de direitos" (e-STJ fl. 106).

Contrarrazões às e-STJ fls. 115/123.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 141/147).

É o relatório.

Decido.

Ab initio, verifico que o recorrente, em três ações penais distintas, foi condenado pela prática do delito de contrabando, sendo-lhe imputada, em cada um dos processos, a pena de 2 anos de reclusão, substituída por prestação de serviços à comunidade e pena pecuniária.

O Juízo da execução, constatando o concurso material entre os delitos, unificou as sanções impostas e afastou a substituição das penas privativas de liberdade, consoante os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 44/46):

Trata-se de CONCURSO MATERIAL, uma vez que o agente praticou os crimes mediante mais de uma ação, sendo cabível a regra do cúmulo material das penas (art. 69 do CP).

Ante o exposto, declaro UNIFICADAS as penas impostas, restando ainda um saldo a cumprir de 05 (cinco) anos 06 (seis) meses e 14 (quinze) dias de reclusão.

Já consideradas a detração dos períodos prisão provisória, de

48 (quarenta e oito) dias nos autos 5006212-44.2017.4.04.7004

24 (vinte e quatro) dias nos autos 5001595-75.2016.4.04.7004

94 (noventa e quatro) dias nos autos 5003573-19.2018.4.04.7004

Não considerados períodos de prestação de serviço eventualmente já prestados.

[...]

Embora, anteriormente, tenha se estabelecido o regime aberto para iniciar o cumprimento da primeira sentença, **com a somatória das reprimendas, o regime passa a ser o SEMIABERTO** para a continuidade da execução.

A substituição das penas corporais impostas nas sentenças condenatórias também não pode ser preservada porque a pena unificada supera o limite de quatro anos estabelecido no artigo 44 do Código penal.

[...]

3. A regressão ao regime semiaberto decorre da novas sentenças. Não tem como causa o descumprimento reiterado, ou a não apresentação para o início da execução. O apenado tem endereço fixo, quitou integralmente a primeira prestação pecuniária. (Grifei.)

O acórdão estadual, como relatado, manteve a conclusão do Juízo da Execução.

A respeito do tema, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade limita-se às hipóteses de descumprimento injustificado da restrição imposta ou, sobrevivendo nova condenação, se não for possível o cumprimento simultâneo ou sucessivo da pena alternativa com a privativa de liberdade (HC n. 300.366/RS, relator Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/9/2014, DJe de 2/10/2014), o que não parece ser o caso vertente, em que houve a conversão das penas tão somente em razão do somatório oriundo do concurso material, a despeito de o cumprimento simultâneo ser possível.

No caso dos autos, não se evidencia o descumprimento injustificado das sanções restritivas, tampouco a incompatibilidade da execução simultânea ou sucessiva entre as reprimendas substitutas impostas nas três ações penais, razão pela qual não caberia ao Juízo da Execução, ao unificar as penas, reconverter as penas restritivas e regredir o regime de cumprimento, visto que, repiso, perfeitamente cabível a execução sucessiva das medidas alternativas impostas ao condenado.

No mesmo sentido, confirmam-se:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO SUCESSIVO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO. QUANTUM DA UNIFICAÇÃO SUPERIOR A 4 ANOS. RECONVERSÃO EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. FIXAÇÃO DE REGIME SEMIABERTO. INVIABILIDADE. PRECEDENTES.

1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade limita-se às hipóteses de descumprimento injustificado da restrição imposta ou, sobrevindo nova condenação, não for possível o cumprimento simultâneo ou sucessivo da pena alternativa com a privativa de liberdade.

2. Na hipótese, além da fixação de regime aberto para as duas condenações, foram elas substituídas por restritivas de direito e não se tem notícia da ocorrência de nenhuma das hipóteses previstas no Código Penal para a reconversão das penas em privativa de liberdade.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 251.937/RS, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 14/08/2017, grifei)

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. UNIFICAÇÃO DE PENAS. PENA RESTRITIVA DE DIREITO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. NOVA CONDENAÇÃO À PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. PENAS UNIFICADAS QUE SOMAM MAIS DE 4 ANOS. REGIME INICIAL ABERTO DE CUMPRIMENTO. COMPATIBILIDADE DE EXECUÇÃO SUCESSIVA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 44 DO CÓDIGO PENAL E 181 DA LEP.

1. Consoante a orientação sedimentada nesta Corte Superior, uma vez iniciada a execução, as hipóteses de conversão das penas restritivas de direito em privativas de liberdade se restringem ao eventual descumprimento injustificado das obrigações impostas (art. 44, §4.º, do CP c/c art. 181 da LEP) e à superveniente condenação à pena privativa de liberdade por outro crime que se revele incompatível com a primeira reprimenda aplicada (art. 44, §5.º, do CP).

2. Não há que se cogitar de reconversão em pena reclusiva quando se revelar possível a execução simultânea ou sucessiva das medidas alternativas impostas ao réu.

3. Na hipótese, tratando-se de duas condenações subsequentes a penas privativas de liberdade a serem cumpridas em regime aberto, ambas substituídas por penas restritivas de direito (prestação de serviços à comunidade), faz-se plenamente possível a execução sucessiva das penas alternativas aplicadas. Ressalva do entendimento pessoal da Relatora.

4. *Ordem concedida.* (HC 193.041/DF, relatora Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA, Desembargadora convocada do TJPE, SEXTA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 19/12/2013, grifei.)

[...] *EXECUÇÃO PENAL. EXISTÊNCIA DE SEIS SENTENÇAS CONDENATÓRIAS. SUBSTITUIÇÃO DA PENA RECLUSIVA POR RESTRITIVAS DE DIREITOS NAS RESPECTIVAS AÇÕES PENAS. UNIFICAÇÃO. RECONVERSÃO DA SANÇÃO ALTERNATIVA EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. IMPOSIÇÃO DO REGIME SEMIABERTO. INCABIMENTO. AGRAVO EM EXECUÇÃO IMPROVIDO PELA CORTE ORIGINÁRIA. HIPÓTESES DO ART. 181 DA LEP OU DO ART. 44, § 5º, DO CP. NÃO OCORRÊNCIA NA ESPÉCIE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.*

1. *Consoante entendimento pacificado nessa Corte Superior, a conversão das penas alternativas em privativa de liberdade, pelo Juízo das Execuções, restringe-se ao caso de eventual descumprimento injustificado de quaisquer das obrigações impostas (art. 44, § 4º, do CP c/c art. 181 da LEP), ou quando, em superveniente condenação, por outro crime, houver incompatibilidade de cumprimento das restritivas com a sanção corporal aplicada (art. 44, § 5º, do mesmo Diploma).*

2. *Sendo possível a execução simultânea ou sucessiva das medidas alternativas impostas ao apenado, não há o que se cogitar em reconversão em pena reclusiva.*

3. *A pena privativa de liberdade, por princípios de política criminal, deve sempre ser aplicada como ultima ratio, merecendo substituída toda vez que possível e suficiente para os fins a que a reprimenda criminal se destina.*

4. *Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para cassar o acórdão proferido no Agravo em Execução n. 20140020166628RAG, e determinar que na unificação das penas impostas ao paciente nas ações penais em exame sejam observadas as sentenças nelas proferidas, já transitadas em julgado, nos seus exatos termos.* (HC 304.328/DF, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 18/05/2016, grifei.)

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial** para cassar o acórdão recorrido e determinar ao Juízo da Execução, na unificação das penas, a observância das respectivas sentenças transitadas em julgado, nos seus exatos termos, para que sejam cumpridas, sucessivamente ou simultaneamente, as penas restritivas de direitos

Superior Tribunal de Justiça

aplicadas nos respectivos julgados.

Publique-se.

Intimem-se.

Certifique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator